

Grandes Educadores – Dermeval Saviani (2017)

Francisco Thiago Silva
Doutor em Educação- UNB

Com uma trajetória acadêmica singular, dada pela excelência na produção intelectual do conhecimento ao longo de mais de três décadas. O professor Saviani recebeu o título de “Grande Educador” – 2017 pelo Centro Universitário Projeção – DF em cerimônia realizada no dia 20/11 no Campus II em Taguatinga – DF.

Antes da solenidade, o professor Saviani nos concedeu uma entrevista exclusiva, onde é possível perceber a vigorosidade e atualidade das reflexões de um dos autores – do campo da Filosofia e da História da Educação – mais lidos da América Latina.

O filósofo, criador da Pedagogia Histórico-Crítica, permanece elaborando desdobramentos importantes de sua epistemologia, com vistas a atender as demandas do contexto político atual brasileiro, mas mantém sua filiação ao materialismo histórico dialético, ao sinalizar que somente quando a classe trabalhadora tiver oportunidade de ter acesso a um conhecimento científico objetivado na escola, haverá uma verdadeira transformação no campo social e educacional.

Roteiro de Entrevista ao prof. Dr. Dermeval Saviani

(Realizada pelo prof. Dr. Francisco Thiago em 20/11/2017)

- 1. Professor Dermeval Saviani, o senhor é o coordenador nacional do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR). Depois de mais de 3 décadas de pesquisa, quais os desafios que ainda permanecem a respeito da investigação em história da educação no Brasil?**

R. Inegavelmente, ao longo desses trinta anos a história da educação avançou significativamente consolidando-se como uma área científica com uma produção quantitativamente elevada e de qualidade reconhecida. Marco desse desenvolvimento é a multiplicação de grupos de pesquisa e a instituição da representação nacional da área que se materializou com a fundação da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), em 1999, da qual tive a honra de ser eleito, por unanimidade, o primeiro presidente.

Na sequência do incremento da produção das pesquisas no campo da historiografia da educação brasileira, destaco dois pontos que, em meu

entendimento, deviam ser incluídos como prioritários nos nossos esforços investigativos. O primeiro refere-se à necessidade de cobertura e sistematização das histórias regionais da educação. Com efeito, se avançamos bastante nesse particular, ainda há vários espaços geográficos não contemplados, cuja documentação precisa ser levantada e analisada. Além disso, os estudos específicos já realizados no âmbito da história regional da educação encontram-se um tanto dispersos, requerendo maior articulação e sistematização.

O outro ponto a ser priorizado diz respeito à produção de sínteses abrangentes tendo em vista subsidiar o ensino da disciplina “História da Educação” que figura nos currículos dos Cursos de Pedagogia e Licenciatura. Com efeito, é praticamente impossível aos professores de História da Educação incorporarem na programação de sua disciplina as numerosas publicações decorrentes de pesquisas historiográficas em grande parte versando sobre temas pontuais e restritos no tempo e no espaço. Daí a necessidade de sínteses de amplo alcance que possam servir de base para o trabalho dos professores com seus alunos. Procurei dar uma contribuição nesse sentido ao publicar o livro *História das ideias pedagógicas no Brasil* em que, após mais de uma década de investigação, abordo a trajetória da educação brasileira desde a chegada dos colonizadores portugueses até os dias atuais, tendo em vista oferecer aos professores de História da Educação um roteiro útil para o desenvolvimento de suas aulas.

No entanto, após o golpe jurídico-midiático-parlamentar que vitimou nossa democracia, nos encontramos hoje numa situação bem mais difícil. Como sói acontecer nas sociedades hegemônicas por grupos reacionários, a história tende a ser sacrificada. Isso porque os reacionários pretendem congelar a forma social dominante radicalizando os mecanismos de dominação para evitar qualquer tipo de transformação. Ora, nós sabemos que a história é exatamente o conjunto das transformações que a humanidade opera no mundo em que vivemos. Assim sendo, o conhecimento da história é imprescindível exatamente para compreendermos a situação em que nos encontramos e nos capacitarmos a intervir para efetivar as transformações necessárias. Mas, na atual situação brasileira pós-golpe, com o ascenso das forças reacionárias tanto no âmbito da sociedade política (aparelho governamental) como nos organismos da sociedade civil, pululam as iniciativas para reduzir a presença da história ou mesmo retirá-la dos currículos escolares, ao mesmo tempo em que se aprovou uma Proposta de

Emenda Constitucional (PEC) que congela os gastos públicos por 20 anos com impacto imediato no orçamento da ciência, tecnologia e inovação que vem sendo drasticamente reduzido. Tal impacto obviamente afeta também negativamente o campo da historiografia educacional, cujos pesquisadores já não dispõem de novas bolsas de pesquisa nem de recursos para financiar seus projetos científicos.

2. Qual sua avaliação sobre o contexto político atual brasileiro no que se refere a luta pela formação docente de qualidade no país? No que avançamos?

R.: Infelizmente, no que se refere à formação docente de qualidade sou obrigado a dizer que avançamos muito pouco com o agravante que mesmo esse pouco agora está sendo anulado pelas políticas regressivas postas em ação pelo atual governo.

Preliminarmente cabe considerar que a questão da formação está diretamente associada às condições de trabalho e de salário dos professores. Com efeito, o entendimento de que o trabalho docente é condicionado pela formação resulta uma evidência lógica, assumindo caráter consensual o enunciado de que uma boa formação se constitui em premissa necessária para o desenvolvimento de um trabalho docente qualitativamente satisfatório. Inversamente, é também consensual que uma formação precária tende a repercutir negativamente na qualidade do trabalho docente.

Por outro lado, embora esse aspecto não seja muito enfatizado, constitui também uma evidência lógica que as condições de exercício do magistério reciprocamente determinam a qualidade da formação docente. E isso ocorre em vários sentidos.

Um primeiro sentido se evidencia no fato de que a formação dos professores se dá, também, como um trabalho docente por parte dos formadores. Portanto, se as políticas educativas, como regra geral não priorizam o provimento de condições adequadas para a realização do trabalho docente, também os cursos de formação dos professores se desenvolverão em condições insatisfatórias, o que resultará numa formação igualmente insatisfatória.

Num segundo sentido, observa-se que as condições de trabalho docente das escolas a que se destinam os professores em formação também influenciam a própria formação na medida em que o processo formativo implica o aspecto prático que tem como referência a rede escolar onde os estágios devem ser realizados. Ora, se o funcionamento das escolas é precário, os estágios também serão

precários e, no limite, podem até mesmo ser inviabilizados ou reduzidos a procedimentos meramente formais.

Finalmente – e este talvez seja o aspecto mais importante – as condições de trabalho docente têm um impacto decisivo na formação, uma vez que elas se ligam diretamente ao valor social da profissão. Assim sendo, se as condições de trabalho são precárias, isto é, se o ensino se realiza em situação difícil e com remuneração pouco compensadora, os jovens não terão estímulo para investir tempo e recursos numa formação mais exigente e de longa duração. Em consequência, os cursos de formação de professores terão de trabalhar com alunos desestimulados e pouco empenhados, o que se refletirá negativamente em seu desempenho.

Considerando essa estreita relação entre a formação e as condições de trabalho e de salário, verificamos que um pequeno avanço ocorreu com a aprovação, em 16 de julho de 2008, da Lei n. 11.738, que instituiu o “piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica”. Entretanto, além de módica, essa medida não vem sendo plenamente aplicada havendo, inclusive, unidades da federação que vêm contestando a constitucionalidade da referida lei.

Do lado da formação propriamente dita (a chamada formação inicial), mesmo no período pré-golpe a tendência dominante era a de simplificar as exigências enfatizando o aspecto prático-técnico em detrimento do aspecto teórico-científico-filosófico e lançando mão de cursos de curta duração fazendo largo uso da modalidade a distância. Ora, aquilo de que necessitamos é de professores com uma aguda consciência da realidade em que vão atuar, com uma sólida fundamentação teórica que lhes permitirá uma ação coerente e com uma satisfatória instrumentação técnica que lhes possibilite uma ação eficaz. E uma formação com essas características só poderá ser obtida em cursos de longa duração. Agora, no contexto pós-golpe, estamos nos afastando ainda mais desse desiderato uma vez que as reformas em andamento são do tipo regressivo, ou seja, não só não avançam como retrocedem para aquém do ponto em que nos encontrávamos antes do golpe.

3. De que forma a *Pedagogia Histórico Crítica* nos ajuda a refletir sobre o papel da formação docente em tempos de BNCC, Reforma do Ensino Médio e do “Programa Escola Sem Partido”?

R.: A Pedagogia Histórico-Crítica nos ajuda a refletir sobre o papel da formação docente, nesses tempos sombrios, de diversas maneiras entre as quais destaco aquilo que denominei de “estratégia da resistência ativa”.

De fato, encontramos-nos hoje diante da premente necessidade de organizar um amplo e consistente movimento de resistência contra o governo ilegítimo e antipopular de modo geral e, especificamente, no campo da educação. Volto, pois, a advogar a resistência ativa que propus na Conclusão do livro sobre a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cuja 13ª edição foi lançada em 2016, ao ensejo dos 20 anos da aprovação da LDB, atualizada e ampliada com um novo capítulo analisando as 39 leis que a modificaram. O que chamei de “estratégia da resistência ativa” implica dois requisitos: a) que seja coletiva, pois as resistências individuais não têm força para se contrapor ao poder dominante exercido pelo governo ilegítimo e antipopular; b) que seja propositiva, isto é, que seja capaz de apresentar alternativas às medidas do governo e de seus assecclas. Essa forma de resistência é indispensável como estratégia de luta por uma escola pública livre das ingerências privadas balizadas pelos interesses do mercado.

A resistência já se encontra em andamento com as seguintes iniciativas: o Fórum Nacional de Educação, diante dos seguidos constrangimentos criados pelo MEC, decidiu se constituir em entidade autônoma nomeando-se como “Fórum Nacional **Popular** de Educação”. E, em consequência, deverá, nos termos do que foi aprovado pela Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação 2014-2024, coordenar as etapas preparatórias que desembocarão na III CONAE (Conferência Nacional de Educação) realizada também de forma autônoma, independente e em contraposição ao MEC. Como base para essas ações proponho como necessária a rearticulação dos Fóruns municipais, estaduais e nacional em defesa da escola pública, mas agora não se limitando aos profissionais da educação e, sim, ampliando-se para abarcar os sindicatos de trabalhadores e movimentos sociais. Estaremos, assim, desencadeando uma grande mobilização de resistência ativa contra o golpe jurídico-midiático-parlamentar que vitimou o país.

Devemos nos preparar para uma luta longa, pois não sabemos por quanto tempo as forças políticas que usurparam o poder nele vão se manter. Tudo indica que pretendem permanecer indefinidamente. Aliás, quando do golpe militar também se afirmou que fora feito para salvar a democracia e livrar o país de República

Sindicalista, do comunismo; e os militares, restabelecida a ordem, devolveriam o poder aos políticos. Ficaram 21 anos. Agora estamos diante de um verdadeiro “suicídio democrático”, ou seja, as próprias instituições ditas democráticas golpeiam o Estado Democrático de Direito pela ação articulada da grande mídia, do parlamento e do judiciário que, pelo golpe, se apossaram do executivo.

Nessa fase difícil que estamos atravessando, marcada por retrocesso político com o acirramento da luta de classes lançando mão da estratégia dos golpes parlamentares visando a instalar governos ilegítimos para retomar sem rebuços a agenda neoliberal, derrotada nas urnas, resulta imprescindível combatermos as medidas restritivas dos direitos sociais.

Guiada pela Pedagogia Histórico-Crítica cuja fundamentação teórica nos permite articular a educação com o processo de transformação estrutural da forma social vigente, a referida estratégia da resistência ativa nos possibilitará articular a questão da formação docente com a luta pela reversão da política atual e pela garantia do direito a uma educação de qualidade, pública e gratuita, acessível a toda a população brasileira.

4. Como fugir dos *slogans* mercadológicos que insistem em transformar o clássico em tradicional - como já muito bem pontuou o senhor em diversas publicações - e ao mesmo tempo oferecem “pacotes prontos” que expropriam os professores de sua autonomia intelectual e acabam por *hipertrofiarem* a escola?

R.: De fato, tudo indica que a tendência do capitalismo de converter todas as coisas em mercadoria chegou, agora, na educação, pois a força do privado traduzida na ênfase nos mecanismos de mercado vem contaminando crescentemente a própria esfera pública.

É assim que surgem grandes conglomerados empresariais com capital internacional e ações na Bolsa de Valores que vêm adquirindo instituições, especialmente de ensino superior, formando monopólios que lucram com o ensino de milhões de alunos.

É assim, igualmente, que o movimento dos empresários vem ocupando espaços nas redes públicas via Undime e Consed, nos Conselhos de Educação e no próprio aparelho de Estado, como o ilustram as ações do Movimento “Todos pela Educação” que congrega institutos e fundações culturais de grandes bancos e grandes empresas que, sob o argumento de seu interesse pela educação lucram

duplamente: no campo publicitário, projetando junto à população uma imagem de empresas preocupadas com o bem-estar e as aspirações populares; e, financeiramente, na medida em que tais ações são beneficiadas por isenções e incentivos fiscais.

É assim também que grande parte das redes públicas, em especial as municipais, vêm dispensando os livros didáticos distribuídos gratuitamente pelo MEC e adquirindo os ditos “sistemas de ensino” como “Sistema COC”, “Sistema Objetivo”, “Sistema Positivo”, “Sistema Uno”, “Sistema Anglo” etc. com o argumento de que tais “sistemas” lhes permitem aumentar um pontinho nas avaliações do tipo IDEB, o que até se entende: esses autodenominados “sistemas” têm *know-how* em adestrar para a realização de provas, pois surgiram dos cursinhos pré-vestibular, cujo objetivo era treinar para a realização das provas de acesso às instituições de ensino superior.

É assim, ainda, que os recursos públicos da educação vêm sendo utilizados para convênios com entidades privadas, em especial no caso das creches e que agora tendem a se expandir fortemente por meio das PPPs (Parcerias Público-Privadas).

Nesse contexto entendo que o antídoto contra os *slogans* mercadológicos e contra os “pacotes prontos” é armar-se com uma perspectiva teórico-metodológica que permita compreender criticamente os mecanismos de mercado como é o caso da Pedagogia Histórico-Crítica fundamentada no materialismo histórico-dialético. Assim, além da grande mobilização dos setores populares pondo em movimento a “estratégia da resistência ativa”, tal como manifestei na resposta à questão anterior, é fundamental que nós, professores, desenvolvamos um trabalho diuturno e persistente no interior das salas de aula, orientados pela metodologia da Pedagogia Histórico-Crítica que, entendendo a prática educativa como uma prática mediadora no interior da prática social busca, pelos momentos intermediários do método (problematização, instrumentação e catarse), propiciar aos alunos a passagem de uma visão sincrética, confusa, da prática que exercem na sociedade a uma visão sintética e articulada, o que lhes permitirá desenvolver uma prática ativa, crítica e transformadora. Assim estaremos possibilitando que nossas crianças e jovens, pelo acervo de conhecimentos adquiridos e pela consciência crítica desenvolvida, não sejam atingidos pela lavagem cerebral promovida pela grande mídia. E, dessa forma, estaremos evitando que caiam na consciência fanática, porta de entrada para posições fascistas como vem ocorrendo com boa parte dos

jovens de hoje conforme podemos constatar por suas manifestações em diferentes circunstâncias, especialmente nas ditas redes sociais.

Eis o que pode e deve ser feito para reverter as pressões dos *slogans* mercadológicos e dos “pacotes prontos” que vêm militando contra a autonomia intelectual dos professores e entulhando os currículos das escolas com uma série de penduricalhos secundários em detrimento das objetivações mais desenvolvidas pela história humana representadas pelas produções filosóficas, científicas e artísticas. Enfim, é com nosso trabalho pedagógico cotidiano, paciente e persistente que estaremos contribuindo decisivamente para que se abram novas perspectivas para a educação pública em nosso país.